



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

## **Estado de São Paulo**

### **ATA DA QUARTA (4ª) SESSÃO ORDINÁRIA**

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;  
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano dois mil e treze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Quarta (4ª) Sessão Ordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 21 de fevereiro de 2013. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Benedito José do Couto (01), Daniel Gasparini dos Santos (02), Dayane Amaro Costa (03), João Antonio Pires Gonçalves (04), Jorge Setoguchi (05), Laércio Rocha Pires (06), Leonardo David Zaniboni (07), Luís Roberto Tavares (08), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (09), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (10), Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (11), Marcos Bento Alves de Godoy (12), Maria Helena Scudeler de Barros (13), Osvaldo Aparecido Quaglio (14), Waldemar Marcurio Filho (15) e, ausentes, Cinoê Duzo (16) – licenciado pelo Requerimento nº 133/2013 – e Luiz Antônio Guarnieri (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, o Sr. Presidente suspendeu a presente sessão às 18h37, para reabri-la, novamente, às 20h30, com a finalidade de receber o Sr. Gabriel Mazon, Diretor Financeiro da Prefeitura Municipal, convocado que foi a comparecer pela aprovação do Requerimento nº 066/2013, de autoria do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. Dando por efetivamente iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário as Atas da Segunda (2ª) e Terceira (3ª) Sessões Ordinárias, realizadas, ambas, em 18 de fevereiro de 2013, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 12, de 2013, do Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, “dispondo sobre a colocação obrigatória de cinzeiros para descarte de resíduos decorrentes do uso de produtos fumíferos, derivados ou não do tabaco, em restaurantes, lanchonetes, bares, boates e afins, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 13, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, “autorizando o Executivo Municipal a instituir o programa “Bailando na Praça”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Balancete Mensal da Receita e Despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim, “referente ao mês de dezembro de 2012”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nºs. 134, 147 e 156, de 2013, da Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o senhor Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, requerendo-lhe cópia das portarias de transferência dos funcionários Vitor Rubens Mariotoni Coppi e Paula de Cássia Zeferino dos Santos”, “seja oficiado o senhor Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, para



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

que informe se a atual administração pretende promover a recontração dos Guardas Mirins do CEBE – Centro de Educação e Integração Social, antiga Guarda Mirim” e “seja oficiado o Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, requerendo-lhe o restabelecimento do artigo 7º, do Decreto Municipal nº 5.343, por ele revogado, que estabelecia que a cessão de servidor público municipal, entre órgãos da administração, deveria ter a anuência expressa do servidor”; nº 136, 145 e 165, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe como se dará o funcionamento do espaço no NIAS – Núcleo Integrado de Atividades Sociais – Zona Leste, bem como informe quem será o responsável pelo empréstimo dos equipamentos esportivos, a fim de que o espaço seja utilizado em sua totalidade”, “seja oficiado o Prefeito Municipal, Luís Gustavo Antunes Stupp, informe sobre o efetivo de funcionários no Cemitério e o cronograma de serviços lá realizados” e “seja oficiado o Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a constante falta d’água no bairro da CDHU, principalmente aos finais de semana”; nº. 137 e 162, de 2013, do Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, respectivamente, “seja oficiada a Mesa da Câmara, para uma cerimônia especial e homenagem a três profissionais da área da segurança, sendo um representante da Polícia Civil, um representante da Polícia Militar e um representante da Guarda Municipal, a realizar-se durante a sessão ordinária programada para o dia 4 de março do corrente” e “seja oficiado o senhor Prefeito Municipal, requerendo-lhe cópia de todas as portarias de exoneração de funcionários, a partir do dia 1º de janeiro de 2013 até a presente data”; nº 138, de 2013, do Sr. Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, solicitando, “seja oficiada a empresa Construrban, responsável pela limpeza da cidade, para que faça a mudança do sistema de coleta de lixo domiciliar”; nº. 140, de 2013, da Senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, “seja oficiado o senhor Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, encaminhando Minuta de Projeto de Lei,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

intitulado ‘Fotografias – Um Olhar Sobre Mogi Mirim’ e dando outras providências”; nº 141, de 2013, do Sr. Vereador João Antonio Pires Gonçalves, solicitando, “seja oficiado o senhor Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, encaminhando-lhe abaixo-assinado, encabeçado por moradores dos bairros Santa Luzia, Bicentenário, Tucura e Santa Clara, em que pedem a reforma, ou demolição do antigo prédio do CANDÁ, localizado no Bairro Santa Luzia”; nºs. 142, 143, 144 e 157, de 2013, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, respectivamente, “seja oficiada a Delegada de Polícia, Dra. Raquel Casalli Gadiani, requerendo-lhe envie relatório de todas as ocorrências policiais criminais no Distrito de Martim Francisco, durante os últimos noventa dias”, “seja oficiado o Comandante da Polícia Militar, requerendo-lhe envie relatório de todas as ocorrências policiais criminais no Distrito de Martim Francisco, durante os últimos noventa dias”, “seja oficiado o Comandante da Guarda Municipal, requerendo-lhe envie relatório de todas as ocorrências policiais criminais no Distrito de Martim Francisco, durante os últimos noventa dias” e “seja oficiado o senhor Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe qual é o número de enfermeiros, ou de função equivalente, que atuam no transporte de pacientes, tanto no transporte de emergência, bem como nos de urgência e intermunicipal”; nºs. 148, 154, 155 e 166, de 2013, do Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito Municipal e a Elektro – Eletricidade e Serviços S.A., para que viabilizem a implantação de melhorias de iluminação pública na Estrada da Servidão”, “seja oficiado o Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, solicitando-lhe que informe como é feito o descarte e para onde vão as carcaças dos animais do controle de zoonoses”, “seja oficiado o Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe o número de castrações realizadas em cães e gatos, desde o início de 2013 até o presente momento” e “seja oficiado o Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, encaminhando Minuta de Projeto de Lei, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Centro de Controle de Zoonose disciplinar



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

cadastros para feiras de doação *on-line* no Município de Mogi Mirim”; nºs 149 e 164, de 2013, da Sra. Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, solicitando, respectivamente, “seja oficiada a Mesa da Câmara, requerendo uma homenagem especial, no início da sessão ordinária do dia 04 de março do corrente, referente ao Dia Internacional da Mulher” e “seja oficiado o Sr. Prefeito Municipal, para que officie à Elektro Eletricidade S. A., requerendo a relação de leituristas e funcionários técnicos, que atuam, ou atuaram no reparo externo, nos períodos de julho e dezembro de 2012 e fevereiro de 2013”; nº 150 e 151, de 2013, da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, “seja oficiado o Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, requerendo-lhe envie cópia do contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo urbano, firmado com a Viação Santa Cruz” e “seja oficiado o Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, requerendo-lhe envie cópia do convênio firmado entre o Município de Mogi Mirim e a Secretaria de Saúde do Governo do Estado de São Paulo”; nºs. 152 e 153, de 2013, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, requerendo-lhe que informe se existe no quadro da administração pública o cargo de engenheiro de segurança e quem o ocupa” e “seja oficiado o Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, bem como à Presidência do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Mogi Mirim, solicitando-lhes projeto para que a conta d’água seja cobrada de acordo com a média dos últimos doze meses, quando dos casos de aumento exorbitante e inesperado”; nºs 158 e 167, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, respectivamente, “seja oficiada a Mesa da Câmara, requerendo uma audiência pública, com o intuito de avançar as discussões relacionadas aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate de endemias da rede municipal, para o dia 05 de março de 2013, terça-feira, às 18 horas” e “sejam oficiados o Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp e a direção da Viação Santa Cruz S. A., para que efetuem o retorno do ponto de ônibus da Praça



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Barão do Rio Branco”; nº 163, de 2013, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, solicitando, “seja oficiado o senhor Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre ciclovias em Mogi Mirim”. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES**, endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nº 183 e 192, de 2013, da Sra. Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, sugerindo, respectivamente, “instalação de ponto de ônibus no trecho entre o Túnel Mário Covas e a Praça Itapira, no Bairro Mirante” e “reinstalação de ponto de ônibus na Rua Campo Grande, no Bairro Mirante”; nº 184 e 185, de 2013, do Sr. Vereador João Antonio Pires Gonçalves, sugerindo, respectivamente, “colocação de semáforo no cruzamento da Avenida Pedro Botesi com Avenida 22 de Outubro” e “canalização e pavimentação no final da rua Antonio Mói, no Bairro Santa Luzia”; nº 186, de 2013, da Vereadora Dayane Amaro Costa, sugerindo, “reparos no desnível do asfalto da Rua Vitalina Mariotoni, esquina com a Avenida Luiz Gonzaga Amoêdo Campos, no Jardim Nossa Senhora Aparecida”; nº 187 e 194, de 2013, do Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, respectivamente, “limpeza nas margens, canteiros centrais e rotatórias da Avenida Pedro Botesi” e “implantação de quiosques e bancos para descanso dentro do NIAS – Zona Leste”; nºs 188, 189, 190, 191, 193 e 199, de 2013, do Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, sugerindo, respectivamente, “a identificação, notificação e providências em relação a terreno, localizado na Rua Professora Guiomar Maretti Marangoni, 431, no bairro da CDHU”, “repintura urgente de sinalização de solo, existente na Avenida 22 de Outubro, próximo ao Hospital”, “implantação de dispositivo redutor de velocidade (lombada), na Rua Maria Conceição de Campos Andrade, no Bairro Tucura”, “limpeza de calçadas e terrenos na Rua Dr. Rui Eduardo Vital, no Parque do Estado II”, “obras de infraestrutura e asfalto na Estrada da Servidão” e “a realização de feiras de adoção semanais dos animais aptos à adoção, que estão no Centro de Zoonose do Município”; nºs. 195 e 196, de 2013, da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sugerindo, respectivamente, “a urgente contratação de médico para o PSF – Programa de Saúde da Família – Noroeste, localizado na zona rural da cidade” e “contratação de mais professores de educação física, para a Terceira Idade, objetivando a reestruturação do horário de ginástica no ginásio do CESEI – Centro Estadual de Saúde e Educação Inclusiva”; nºs 197 e 198, de 2013, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, sugerindo, respectivamente, “implantação de sistema de protocolo dos projetos de melhoria dos órgãos da administração pública direta e indireta na Câmara Municipal” e “providências para vaga de estacionamento de embarque/desembarque, em frente ao CAP – Centro de Atenção Psicossocial, localizado na Rua Paissandu, 785, centro”; nº 200, de 2013, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, sugerindo, “instalação de ar-condicionado nos compartimentos aonde são transportados os pacientes e seus acompanhantes, nas ambulâncias da rede municipal”; nºs 201, 202, 203 e 204, de 2013, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “aplicação de herbicida (Mata Mato) nas estradas rurais do município”, “estudo, levantamento e possível participação dos artesãos na feira livre noturna, realizada às quartas-feiras, no Espaço Cidadão”, “uma força tarefa extra, para poda de capim e coleta de lixo nos meses de janeiro, fevereiro e março, na cidade”, “estudo e levantamento dos pontos críticos das estradas rurais, para aplicação de cascalho, brita e outras medidas contra alagamentos”; nºs 205, 206 e 207, de 2013, do Sr. Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, sugerindo, respectivamente, “notificação dos proprietários dos terrenos particulares, localizados no bairro Linda Chaib, para limpeza, muro e calçadas em suas propriedades”, “pintura de sinalização de solo no cruzamento da Rua Francisco Cardona, com Rua Capitão Simeão Ribas”, “sinalização horizontal para parada obrigatória na Rua Professor Adelino de Matos, cruzamento com Francisco Cardona”; nº 208, de 2013, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, “implantação de mais ‘bocas de lobo’ na Rua Rafael Bella, no Jardim Flamboyant”, “construção emergencial do muro da creche “Vereadora



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Terezinha da Silva Oliveira”, no Parque Novacoop” e “ampliação da altura das telas no entorno do campo de futebol do NIAS”; nºs 211 e 212, de 2013, da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, sugerindo, respectivamente, “alteração de trânsito na Rua do Mirante, viabilizando a inversão da faixa permitida para estacionamento de veículos, do lado direito para o esquerdo, liberando toda a extensão direita da rua, para trânsito livre” e “alterações de trânsito na Rua Cuba, na Vila Universitária, zona leste, tornando-a uma via de mão única, mantendo apenas o sentido bairro-centro e desativando o sentido centro-bairro”; nº 213, de 2013, do Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, “construção de pista de skate ao lado da quadra poliesportiva do Parque da Imprensa”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nºs 11 e 12, de 2013, da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, propondo, “seja consignado em ata dos trabalhos voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. Messias Botelho Urbine, ocorrido no dia 15 de fevereiro último” e “seja consignado em ata dos trabalhos voto de profundo pesar pelo passamento da Sra. Regina Aparecida Bueno Romanello, ocorrido no dia 28 de dezembro de 2012”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 033/2013; 034/2013; 035/2013, datados de 21 de fevereiro de 2013, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, “respondendo a respeito do Requerimento nº 081/2013; Indicação nº 045/2013; Indicação nº 039/2013”; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Ofícios nº. 000607, de 2013, datado de 18 de fevereiro do corrente, subscrito pelo Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquive-se); Telegramas referências: nºs. 008346, 015938, 015939, 018471, de 2013, datados de 19 de fevereiro do corrente, subscritos pela Secretaria Executiva do Fundo Nacional da Saúde do Ministério da Saúde, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquive-se). Não havendo mais





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

proposituras ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. A primeira oradora inscrita foi a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que relatou a visita da Deputada Estadual Ana Perugini, PT, que esteve em visita na cidade, para anunciar verba de quarenta e cinco mil reais, destinada ao Lar São Francisco, bem como para entidades outras, entre elas o CEBE - Centro de Educação e Integração Social “Benjamim Quintino da Silva”. Conforme relatou, após as visitas às entidades assistenciais da cidade, a deputada foi conduzida até a Vila Dignidade, moradias destinadas à Terceira Idade carente, onde a Vereadora lhe solicitou a fiscalização da qualidade do material pré-moldado, que estava sendo utilizado na construção das moradias, tais como, chapas de compensado. A respeito disso, a Vereadora solicitou à deputada estadual o levantamento de informações sobre esse material, temendo por sua durabilidade e resistência e, desta forma, fora feito registro fotográfico do interior das residências, bem como a coleta de amostras de materiais. “Quando eu vi as construções eu me assustei”, disse a Vereadora, e prosseguiu, explicando que as casas eram feitas de compensado de madeira e gesso, com isopor, material oriundo dos EUA, e que era feita uma pintura por cima das paredes, sendo o chão de cimento e muito calor em seu interior, sem um sistema de refrigeração, o que pensava ser totalmente impróprio para a Terceira Idade. “Não conheço o material empregado e quero informações técnicas, motivo pelo qual tiramos fotos, registramos tudo e a deputada Ana Perugini apresentará requerimento na Assembleia Legislativa, solicitando explicações a respeito do material e por que está sendo empregado”, explicou a Vereadora. Com relação a outro assunto, a Vereadora comentou requerimento de sua autoria, solicitando que fosse oficiada a Elektro Eletricidade S. A., requerendo-lhe a relação de leituristas e funcionários técnicos, que atuam, ou atuaram no reparo externo, nos períodos de julho e dezembro de 2012 e fevereiro de 2013. A Vereadora



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

destacou, que desde o anúncio feito pelo Governo Federal, de redução da tarifa de energia, a dúvida tinha surgido, precisamente com relação aos funcionários, pois eram muitos os erros na leitura, a demora no atendimento e no restauro da energia, quando de queda, levando-a, inclusive, a questionar se houvera redução de pessoal para o serviço externo. “É esta a intenção do requerimento e se, realmente, houve redução de funcionários da concessionária para esta cidade, tenham certeza de que vou denunciar a Elektro na Câmara Federal e para o chefe de gabinete da própria Presidência da República”, frisou a Edil do PR. “Aguardo informações sobre este assunto, pois são muitos os erros, a rede sempre caindo e eu não vejo motivo para a falta de tais serviços na cidade”, disse, finalizando sua participação a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, que de início, parabenizou o Departamento de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, na pessoa de seu diretor, engenheiro agrônomo Valdir Biazotto, e equipe, pela implantação da Feira Noturna no Espaço Cidadão. “Eu e alguns vereadores estivemos lá e achei bastante interessante à iniciativa, que classifico como ganho para a cidade, tanto para os produtores rurais, quanto para a população”, destacou. A seguir, a Vereadora registrou a presença do Sr. Márcio de Souza, representante da Associação dos Portadores de Deficiência de Mogi Mirim, e aproveitou a ocasião para relatar aos nobres pares, que estivera em reunião com os membros da associação, razão pela qual solicitava o apoio de todos os Vereadores para as reivindicações da entidade, que fazia um excelente trabalho na cidade, mas enfrentava grandes problemas para se manter, tais como falta de ajuda para pagamento do aluguel da sede e a ausência de um veículo para transporte próprio. “Peço ao Prefeito e aos Vereadores que olhem com melhores olhos por eles, buscando equipamentos e subsídios”, rogou a Edil. Sobre outro assunto, a Vereadora versou sobre a reunião com o Diretor de Obras e Habitação e da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, Mauro Haddad, relatando que ele havia ficado interessado na conversa, que girara em torno da precariedade



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

de acessibilidade no comércio local, ruas e prédios públicos. Afirmou que o diretor também era favorável à ideia de implantação de temporizadores nos semáforos do município, bem como do sinal sonoro para deficientes visuais, sugestões indicadas pela Edil, as quais iriam auxiliar e muito os idosos e pessoas de mobilidade prejudicada. A Vereadora também lembrou a sua reunião com o Presidente do Clube Mogiano – Recanto, Sr. Geraldo Leite, para trato das necessidades dos portadores de deficiência e mobilidade reduzida, destacando que já existiam estudos no clube particular, para ações conjuntas com a administração e a Associação dos Portadores de Deficiência, no esporte adaptado. “O Clube Mogiano é um local muito preparado, talvez o único da cidade, para o atendimento do esporte adaptado”, colocou a Vereadora do PDT, encerrando sua participação. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que discorreu a respeito de sua propositura, através da qual encaminhou abaixo-assinado, encabeçado pelos moradores a zona norte, solicitando urgentes providências para o prédio abandonado do antigo CANDIA, que estava sendo utilizado por pessoas desocupadas, usuários de drogas, delinquentes e prostitutas, gerando um movimento estranho, um mau exemplo, que causava grande apreensão nos moradores das vizinhanças. O Vereador explicou a todos que o problema era antigo naquela região e que o Vereador Luís Roberto Tavares, já em 2010, tinha apresentado requerimento versando sobre o mesmo assunto, contudo, sem qualquer resultado satisfatório. “Somente coisas ruins acontecem naquele local, pois os marginais dominaram o prédio, preocupando os moradores, e eu espero que o Prefeito Gustavo Stupp ordene a reforma do prédio, ou sua total demolição”, ponderou o Vereador. Prosseguindo, o Vereador João Antonio Pires Gonçalves abordou indicação, através da qual sugeriu providências para o cruzamento da Avenida 22 de Outubro, com Avenida Pedro Botesi, local muito propício a acidentes. “Peço ao diretor de trânsito que vá até o local, constate, e tome providências para que mais mortes não ocorram, porque um cidadão já faleceu naquele cruzamento”, frisou, em derradeiro, o Vereador do



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

PMDB. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, declarando sua total insatisfação com o atual estado de abandono em que se encontrava o NIAS – Zona Leste, assunto objeto de suas proposituras, afirmando que o projeto do prédio havia sido mal feito, contendo um pequeno alambrado como cerca do perímetro do núcleo, que era um grande espaço, totalmente mal utilizado. “Com pequenas melhorias nós poderíamos ter um excelente espaço naquele local, pois com pequenas coisas, pequenos procedimentos, poderíamos ter uma nova área esportiva para a zona norte”, justificou o Edil do PV. Dirigindo-se ao Vereador Leonardo Zaniboni, o Vereador Daniel Santos o parabenizou pela iniciativa de ter convidado a Comissão Especial de Vereadores (Portaria nº 06/2013), da qual era membro, constituída que fora com a finalidade de fiscalizar e acompanhar o processo de regularização de loteamentos irregulares e clandestinos em Mogi Mirim, para acompanhá-lo em visita à empresa GAB – Engenharia Ltda., com sede em Campinas, especialista que era em regularização e urbanização, onde já se encontravam alguns projetos voltados para a cidade de Mogi Mirim. “É dessa maneira que deve ser, ou seja, somar, para buscar melhorias e por isso, quero dar meus parabéns ao Vereador Leonardo David Zaniboni, pela atitude”, frisou o Edil Daniel dos Santos, concluindo sua participação. O próximo orador inscrito foi o Vereador Laércio Rocha Pires. Este, de início, parabenizou a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira pelo sucesso que havia obtido no processo de cassação de seu mandato, o qual fora sentenciado a favor da vereadora peessebista. “Mesmo com a grande torcida contrária, a senhora foi vitoriosa e acredito que também eu deva ser inocentado daquilo que não fiz, quando se der a análise do meu caso”, frisou o Vereador. Prosseguindo, o Edil também relatou a visita feita à GAB Engenharia, juntamente com os Vereadores Benedito do Couto, Daniel Santos e Luís Roberto Tavares, feita a convite do Vereador Leonardo Zaniboni, dizendo que os Vereadores estavam sempre em busca de melhorias para a cidade. A seguir, relatou a reunião que tivera com diretores de diversas empresas,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

buscando um auxílio para os problemas do loteamento irregular Domênico Bianchi e que, havia conseguido algum resultado, tal como os cem metros de fresado, sobras de asfalto, que recebera para serem colocados nas ruas do lugar. “Os funcionários farão a tubulação e, em seguida, será colocado o fresado nas ruas do loteamento, numa tentativa de amenizar o sofrimento de quem transita por ali e eu também aguardo mais dez caminhões de fresado, a receber, para mais ações no Domênico Bianchi”, destacou o Edil. Com relação a outro assunto, registrou a visita do Deputado Estadual, Presidente Estadual do PPS e Secretário Estadual de Gestão Pública, David Zaia, que estivera na cidade, durante o último final de semana. O Vereador relatou que havia apresentado ao visitante as várias reivindicações do povo da cidade e, especificamente, que havia reforçado a questão da vinda de um Poupatempo fixo para Mogi Mirim, objeto de constantes diligências por parte do Vereador Luís Roberto Tavares e de seu último discurso em tribuna. De forma concisa, o Vereador Laércio Pires relatou ao Vereador Luís Roberto Tavares que o Poupatempo fixo seria instalado na vizinha cidade de Mogi Guaçu, definitivamente, encerrando as pretensões do Edil do PSDB. “O Deputado nos disse que seria impossível à vinda do Poupatempo fixo para Mogi Mirim, pois já estava irreversivelmente direcionado a Mogi Guaçu”, colocou. O Vereador Laércio Pires salientou ainda, outro assunto tratado junto ao Deputado David Zaia, ou seja, a solicitação de um DETRAN – Departamento de Trânsito para ser instalado em Mogi Mirim, visando o atendimento da população regional. O Vereador agradeceu aos diretores das empresas que haviam doado o fresado, contudo, sem nominá-las, a pedido dos próprios empresários, enquanto também informava, que havia solicitado a limpeza da Avenida Amucci Truffy, ligação entre o Jardim Paulista e o Parque da Imprensa, pois os pedestres não conseguiam mais caminhar pela via, haja vista o mato alto, que dominava a calçada. “Temos que dar prioridade aos pedestres e devemos evitar acidentes naquele local”, disse, ao mesmo tempo em que relatou ter feito o mesmo pedido para as áreas laterais do campo de futebol do Parque da Imprensa,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

onde o mato dominava, onde faltava o alambrado e havia fraca iluminação. “Bem próxima dali se encontra também a Voçoroca, em cujas imediações caminham senhoras e jovens, razão da nossa preocupação, e eu espero que o diretor do departamento tome as providências e de forma rápida”, colocou, por fim, o Vereador Laércio Rocha Pires. O próximo orador a fazer uso da palavra foi o Vereador Luís Roberto Tavares, que desde logo, apoiou a sugestão encaminhada pelo Vereador Daniel Santos a respeito do NIAS, confirmando a existência de vários problemas estruturais, tais como, o vestiário, que estava sempre fechado e trancado; a cerca de alambrado, que estava sempre cortada; o lixo acumulado, que estava sendo constantemente depositado no local; o parquinho, onde não havia bancos para as mães e responsáveis permanecerem, enquanto vigiavam os seus filhos; a falta de quiosques, de bolas para bocha e de outros materiais, para prática esportiva, bem como a precária condição da parte elétrica do prédio. O Vereador afirmou que tais problemas deveriam ser solucionados pela administração e que, preocupado com a pouca utilização do espaço, também ele havia apresentado uma indicação, sugerindo a instalação da academia ao ar livre naquele lugar, a partir da verba de cem mil reais que o Vereador conseguira junto ao deputado Wanderlei Macris. “Sugiro que a academia ao ar livre seja instalada na zona leste, no perímetro do NIAS”, justificou o Vereador. Ainda versando sobre o NIAS, o Vereador destacou requerimento de sua autoria, através do qual solicitava informações de como seria a utilização daquele espaço, durante a administração Gustavo Stupp. Prosseguindo, versando sobre outro requerimento por ele apresentado, explicou que desejava obter informações sobre a constante falta d’água no bairro da CDHU, principalmente aos finais de semana. “Já fiz vários requerimentos sobre este assunto, na administração passada, recebendo sempre a mesma resposta, de que providências estavam sendo tomadas, mas elas nunca chegaram”, frisou o Edil. O Vereador Luís Roberto Tavares também mencionou a caixa d’água da Vila Dias, atualmente desativada, dizendo que iria solicitar a reativação do



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

reservatório, já que há poucos metros, ficava localizado o bairro da CDHU, sempre prejudicado pela falta d'água. Ainda sobre a questão do abastecimento de água, o Vereador do PSDB mencionou o requerimento de autoria do Edil Leonardo Zaniboni, que solicitava dispositivo, para que a conta d'água fosse cobrada de acordo com a média dos últimos doze meses, quando dos casos de aumento exorbitante e inesperado. “Excelente o requerimento do Vereador Leonardo, porque o morador, realmente, não tem condições de arcar com estas cifras, é como matar pessoas socialmente”, declarou. Dando sequência ao discurso, o Vereador também mencionou a visita feita à GAB Engenharia, juntamente com os Vereadores Benedito do Couto, Laércio Rocha Pires e funcionários do Departamento de Planejamento, a convite do Vereador Leonardo Zaniboni, com foco na importância que os vereadores tinham para o bom andamento do processo de regularização de loteamentos, pois eles podiam acelerar o processo e fazer a ponte de informações, tal como acontecera nessa reunião. “A empresa pretendia agendar uma reunião futura, mas como já estávamos todos lá, os membros da Comissão Especial para regularização de loteamentos irregulares e clandestinos, decidimos de imediato, em comum acordo, buscamos rapidamente documentos, muitas providências já foram tomadas e, portanto, ganhamos muito tempo com isso”, explicou o Edil. Para finalizar sua fala, o Vereador afirmou que futuras reuniões seriam agendadas com os membros da empresa, com o Secretário de Estado da Habitação e também com a população, a grande interessada, buscando dar prosseguimento e conclusão ao assunto. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho, também comentando os requerimentos que apresentou. O primeiro, solicitando ao Prefeito que lhe informasse qual a quantidade de enfermeiros, ou de função equivalente, que trabalhavam no transporte de pacientes, tanto no transporte de emergência, bem como nos de urgência e intermunicipal. “Desejo saber a respeito da tripulação das ambulâncias, porque, segundo fui informado, há apenas o motorista”, colocou o Vereador, enquanto perguntava como o motorista



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

poderia conduzir o veículo e dar assistência ao enfermo ao mesmo tempo. O Vereador citou a Resolução nº 375/2011, do CONFEN – Conselho Federal de Enfermagem, que reza que a assistência de enfermagem em qualquer tipo de unidade móvel, destinada ao atendimento pré-hospitalar e inter-hospitalar, em situações de risco conhecido, ou desconhecido, somente deve ser desenvolvida na presença do enfermeiro. Portanto, o Vereador entendia como irregular o tipo de transporte que estava sendo praticado no município, pois colocava em risco a vida dos pacientes, em especial os transportados no sistema de urgência e emergência. “Este requerimento busca obter a correta informação a respeito dos procedimentos do Departamento de Saúde, responsável pelo transporte de pacientes”, destacou. Com relação aos outros requerimentos que apresentou, o Vereador Waldemar Marcurio Filho solicitou fossem oficiadas as direções da Polícia Civil, Polícia Militar e Guarda Municipal, requerendo-lhes o envio do relatório de todas as ocorrências policiais criminais no Distrito de Martim Francisco, durante os últimos noventa dias, explicando que procurava ter conhecimento do índice de criminalidade em Mogi Mirim e no distrito, para futuras providências. “Eu discordo do índice atualmente apresentado e, para mim, ele é facilmente manipulado, razão pela qual busco me informar”, explicou o Edil petista, mencionando, também, a demora que havia para atendimento das chamadas, embora não tecesse qualquer crítica ao trabalho das Polícias, todavia, ele apenas procurava um patrulhamento preventivo e ostensivo para o distrito. Prosseguindo, o Vereador Waldemar Marcurio Filho relatou visita que fez à Câmara Municipal de São Paulo, onde havia se reunido com o Vereador Orlando Silva, do PCdB, seu grande amigo. “Procuramos chegar até Brasília, precisamente até o Ministro dos Esportes, Sr. Aldo Rebelo, para que Mogi Mirim possa participar de vários projetos e recursos do Governo Federal, propícios para serem implantados em Mogi Mirim”, salientou. Ele esteve ainda, na Assembleia Legislativa do Estado, em encontro com os Deputados Estaduais Luis Moura e Edinho Silva, que haviam se mostrados dispostos a propor emendas no





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Orçamento Estadual, para benefício de Mogi Mirim. Agradecendo a todos, o Vereador Waldemar Marcurio Filho encerrou sua participação. Ainda no “Expediente”, fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi, versando sobre a Feira Livre Noturna, idealizada pelo Diretor de Agricultura Valdir Biazotto, parabenizando-o pela iniciativa, uma vez que os pequenos produtores rurais poderiam escoar sua produção, levando à mesa do mogimiriano produtos melhores, de qualidade e preços acessíveis. Aproveitando o ensejo, o Vereador sugeriu que também os artesãos pudessem participar da Feira Noturna, aumentando, assim, as opções para o público. A seguir, comentando as indicações que apresentou, sugeriu a aplicação de herbicida, conhecido Mata Mato, nas estradas rurais do município; sugeriu controle de capim nas praças e ruas, com uma força tarefa extra para os meses de fevereiro e março, bem como solicitou o levantamento dos pontos críticos, em estradas rurais, onde se formavam alagamentos e poças d’água, requerendo o escoamento da água nos pontos levantados. O Vereador disse ter solicitado ainda, cópia de todas as portarias de exoneração de funcionários, desde 1º de janeiro até presente data, bem como propôs homenagem para os profissionais das três Polícias – Militar, Civil e Guarda Municipal – a realizar-se na próxima sessão ordinária. “Foi o Conselho de Segurança – CONSEG que me fez tal solicitação, para homenagem aos profissionais da segurança, bem antes mesmo de eu ter sido eleito”, declarou, em derradeiro, o Edil Jorge Setoguchi. Como a próxima oradora inscrita, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, desistisse da palavra, fez uso da mesma, na sequência, o Vereador Manoel Eduardo. P. C. Palomino, para justificar o projeto de lei que havia apresentado, dispondo sobre a colocação obrigatória de cinzeiros para descarte de resíduos decorrentes do uso de produtos fumíferos, em restaurantes, lanchonetes, bares, boates e afins. “Há alguns dias, em certo estabelecimento, eu estava observando a quantidade de pessoas que fumam do lado de fora dos bares, jogando a ‘bituca’, sem qualquer cuidado, no chão, poluindo a calçada, e foi quando me deparei com outro bar, que tinha o cinzeiro do



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

lado de fora, próprio para o descarte, o que me levou a refletir, pesquisar e constatar que outros municípios já tinham a lei, que obrigava a instalação dos cinzeiros”, explicou o Edil. Segundo colocou, sua propositura se justificava principalmente pela preocupação em relação ao meio ambiente, pois o resíduo era absolutamente tóxico, demorando mais de cinco anos para se decompor no meio ambiente, portanto, ele deveria ser destinado corretamente, assim como os detritos recicláveis ou orgânicos. “Com pequenas ações poderemos gerar grandes benefícios na proteção do meio ambiente”, frisou. Comentando também Minuta de Projeto de Lei, encaminhada pelo Requerimento nº 66/2013, de sua autoria, dispendo sobre a obrigatoriedade do Centro de Controle de Zoonoses de viabilizar cadastros on-line de seus animais, o Edil disse que a peça tinha como objetivo dar acesso e conhecimento, para toda a população mogimiriana, dos animais recolhidos pelo Centro de Controle de Zoonose – CCZ do Município, os quais estavam aptos à adoção e necessitavam de um lar. Destacou que a Internet era uma ferramenta importantíssima nos dias atuais, que poderia ser utilizada a favor também dos animais, porque grande parte da população não tinha acesso ao CCZ e, desta forma, não conhecia os animais e nem o histórico que os tinha encaminhado ao controle de zoonoses, tais como, as situações de maus tratos, abandono, acidentes, dentre outras coisas. Por tais motivos, o Vereador acreditava que, a partir do momento em que se disponibilizasse uma foto do animal na rede virtual, certamente a sua adoção seria facilitada. “Os benefícios com a implantação desta lei serão muitos, tendo em vista a facilidade do acesso, das formas para divulgação e, ademais, no site deverão constar os documentos necessários para adoção, orientações de posse responsável, deveres e dicas de cuidados, garantindo assim, maior proteção a todos os animais, além de ajudar o adotante a escolher de forma tranquila seu mais novo amigo e companheiro”, destacou, finalizando sua participação o Vereador Manoel E. P. C. Palomino. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, Líder de Governo. Este abordou dois projetos nos quais estava



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

trabalhando, o primeiro deles, versando a respeito da limpeza de terrenos abandonados e calçamento de ruas na cidade. Assim sendo, o Vereador convidou a todos para audiência pública, a realizar-se no dia 14 de março, às 19 horas, no Plenário da Câmara, para discussão do assunto, especificamente, o sério problema do desnível de muitas calçadas, que causava indisposição para idosos, pessoas com deficiência e com a mobilidade reduzida. “As calçadas são desniveladas, uma mais baixa, outra mais elevada e não existe uma meta para reparar tal situação, portanto, pretendemos, ao menos, estabelecer que os novos loteamentos já tenham padrão para construção de calçadas”, colocou o Vereador. O segundo assunto bordado pelo Edil foi a reciclagem do lixo no município, esclarecendo que já tinha minuta de projeto direcionado nesse sentido, pois muito se falava em sustentabilidade, mas nada havia de concreto, fosse um programa municipal, fosse um incentivo para que as pessoas aprendessem a reciclar o lixo, papéis, vidros e plásticos. Ponderou que a reciclagem traria muita economia para o município, porque não haveria o acúmulo de lixo, levando, diretamente, à uma diminuição no descarte feito em Paulínia, e que, se criada uma cooperativa de catadores, muito benefício traria ao meio ambiente e à vida dos trabalhadores envolvidos. “Peço apoio desta Casa, apoio do governo municipal, porque não é só falar em sustentabilidade, mas fazer acontecer e quem sabe sejamos, um dia, um modelo de cidade sustentável, que recicla o seu lixo”, disse o Edil. Por fim, o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy disse que a cidade precisava de iniciativas deste tipo, contudo, que tais propostas deveriam ter o pleno envolvimento da população. Na sequência fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni, versando a respeito de indicação que apresentou, sugerindo a implantação de um sistema de protocolo dos projetos de melhoria dos órgãos da administração pública direta e indireta, na Câmara Municipal. O Vereador afirmou que o objetivo de sua proposta era condensar todos os projetos de entidades, governo e vereadores num único lugar, para que todos os envolvidos tivessem ciência das várias intenções existentes, dos mais



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

variados assuntos, e qualquer vereador, quando de um encontro com seu deputado partidário, ou reunião em órgãos do Governo Federal, ou Estadual, poderia apresentar as ideias pendentes, conseguindo, de alguma forma, um resultado, ou verba para o município. “Para todas as verbas que pretendemos buscar, temos que apresentar um projeto e o vereador retém o seu projeto consigo, na esperança de conseguir um contato com seu deputado, mas, se todos os projetos estiverem centrados num único lugar, aquele vereador, que primeiro conseguir o contato na esfera superior de governo, poderá apresentar qualquer um dos projetos protocolados, evitando, assim, que a chance de implantar alguma ideia benéfica para a cidade seja perdida”, elucidou o nobre Edil. “Não é porque eu assinei um projeto, que ele é meu; o projeto é da cidade”, colocou o Vereador, ao mesmo tempo em que elencou algumas das questões que poderiam ser sanadas desta forma, tais como a duplicação da Rua Antonio Moreno Peres; a duplicação do acesso para o Bairro Linda Chaib, acesso da zona norte para o Parque do Estado II e duplicação do acesso para zona leste, na ponte “João Borges Pimenta”. “Precisamos de verbas urgentes e o Diretor Financeiro da Prefeitura Gabriel Mazon, esteve aqui e deixou bem claro que a Prefeitura não tem dinheiro”, afirmou. Portanto, o Edil sugeria este sistema de protocolo, pois qualquer vereador, quando estivesse, enfim, frente ao seu deputado, poderia lhe mostrar o rol de projetos e lhe dizer para escolher qualquer um deles, o qual pudesse fazer verter verbas. “Lutar e trabalhar juntos ajuda todo mundo é disso que se trata meu requerimento”, salientou, por fim, o Vereador Leonardo David Zaniboni. Ainda na parte dos trabalhos reservada ao “Expediente”, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, versando sobre comentários, postados na rede social virtual *Facebook*, no decorrer da semana, e que versavam a respeito da fala do Vereador Laércio Rocha Pires na última sessão de Câmara, em que ele teria opinado negativamente sobre a presença e a manifestação de munícipes que estavam nas galerias da Câmara, precisamente, os componentes do PSOL e do Grupo Eleições Mogi. O Vereador



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

afirmou ter sido surpreendido com tais comentários na rede social, porque as pessoas afirmavam que tinha sido o Vereador João Antonio Pires Gonçalves e ele, orador, os mentores intelectuais da fala do Vereador Laércio Rocha Pires, o que, na opinião do próprio orador, era uma verdadeira estranheza. O Edil prosseguiu, dizendo que não havia escutado a fala do Vereador Laércio Pires, tampouco a quem ele teria dirigido suas palavras, mas que era muito favorável à presença do PSOL e do Grupo Eleições Mogi, bem como todos os munícipes, nas galerias, em todas as sessões e que, estava à disposição de qualquer munícipe que quisesse dirimir suas dúvidas a respeito dos assuntos versados em Plenário. “Contudo, posso afirmar que o que foi postado é uma inverdade, porque o tanto o Vereador João Antonio Gonçalves, como este Vereador que vos fala ficamos surpresos, porque não dissemos nada e nem o Vereador Laércio Pires precisa ser instruído em seu discurso”, colocou o Vereador do PSDB. Salientou que era justamente o contrário, que era favorável às críticas, à presença dos munícipes e de grupos políticos nas galerias, porque a população deveria, realmente, acompanhar os trabalhos da Câmara, e que, muitos outros vereadores haviam falado absurdos na Casa, sem, contudo, terem sido alguma vez cobrados. “Esta é a opinião do Vereador Laércio Pires e eu até me surpreendi quando vi o comentário, mas isso faz parte da vereança e eu apenas queria esclarecer que não tenho nenhum motivo para ser contra a presença e a manifestação ordenada de munícipes nas galerias”, declarou. Finalizando, o Edil Osvaldo Quaglio disse que os vereadores tinham toda e qualquer autonomia para se dirigirem à tribuna e emitir suas opiniões, com tranquilidade de posição, afirmando, novamente, que o *post* não era verdadeiro. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, que iniciou abordando requerimento de sua iniciativa, em que solicitou ao Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, informasse se a atual administração pretendia promover a recontração dos Guardas Mirins do CEBE – Centro de Educação e Integração Social, antiga Guarda Mirim. A Vereadora relatou que a dispensa havia ocorrido à época do Prefeito Carlos Nelson Bueno, que



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

ela havia ficado perplexa com as demissões, porque o serviço oferecido pela CEBE era precioso e as demissões em massa haviam refletido de forma negativa na cidade, uma vez que muitos pais incentivavam firmemente os estudos dos filhos, objetivando uma futura colocação na instituição e a abertura do mercado de trabalho. “Foi uma monstruosidade o que Carlos Nelson Bueno fez, sob a justificativa do corte de custos na Prefeitura Municipal, enquanto ele triplicava o número de chefes com FG – Função Gratificada, em seus departamentos”, explicou a Edil. A Vereadora afirmou que tal atitude do ex-prefeito trouxera grande prejuízo para um serviço, que colaborava na formação de qualidade dos jovens mogimirianos, na sua preparação para o futuro e para o mercado de trabalho, rogando, enfim, que o governo municipal pudesse repensar a questão. Versando sobre outro assunto, a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira se dirigiu ao Vereador João Antonio P. Gonçalves, para lhe responder que havia ingressado na política há muitos anos, durante o período da Ditadura Militar, que durante todo esse tempo havia sempre se pautado pela seriedade, já que a cidade, a família, a vizinhança, as pessoas, o Estado e o país dependiam da ação política e que, pretendia, agora, depois de eleita, agir da mesma forma. “Eu não fui vereadora à época em que meu marido foi Prefeito de Mogi Mirim, mas se eu fosse, eu o cobraria da mesma forma que cobro o atual prefeito, porque não é questão de ser contra por ser, mas de buscar o melhor para a cidade, a segurança de uma vida melhor para a população, coisa pela qual vou lutar até o fim”, frisou a Vereadora. Salientou que comparar administrações umas com as outras era pura perda de tempo, mesmo porque o orçamento daquela época havia sido infinitamente menor que o atual, aproximadamente comparável a um único mês de arrecadação de hoje, lembrando, igualmente, que o município estava sob intervenção naquela fase. Por fim, falou do megaempreendimento, explicando que isso havia sido uma promessa do então Governador Mário Covas, que fora uma grande proposta empresarial que, infelizmente, nunca tinha se concretizado, que o governador pedira a instalação daquele



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

projeto no Município, mas que, mais tarde, ele próprio havia concretizado sua implantação na cidade de Fortaleza, no Ceará, da mesma forma como, agora, o Poupatempo fixo, que havia sido prometido para Mogi Mirim, se instalaria, realmente, na vizinha cidade de Mogi Guaçu. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 21h52, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO**: “**ex-vi**” do disposto no § 1º, inciso I, do **Artigo 171 do Regimento Interno**: 1. Projeto de Lei nº 05, de 2013, de autoria do Poder Executivo Municipal, “instituinto, no âmbito do Município de Mogi Mirim, o Programa Especial de Recuperação Fiscal – REFIS MUNICIPAL e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Para discorrer sobre o assunto, fez uso da palavra o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, destacando que a matéria vinha em boa hora e que era de suma importância, porque muitos munícipes eram desejosos de quitar suas dívidas com o erário, mas, apesar da boa intenção, não tinham condições financeiras para tanto, apenas pedindo para a administração municipal que fizesse ampla divulgação do programa. O Edil explicou que o montante total dessa dívida ativa era, aproximadamente, de sessenta e oito milhões de reais, que este projeto previa ao munícipe que quisesse quitar seu débito à vista, cem por cento de desconto na multa e juros; ao que quisesse quitar em doze vezes, oitenta por cento de desconto na multa e juros e ao que quisesse pagar em trinta e seis vezes, quarenta por cento de redução na multa e juros. “A prefeitura tem que divulgar o REFIS de forma ampla e eu ao peço ao Líder do Governo na Câmara, Vereador Marcos Bento A. de Godoy, que reforce o meu pedido de extensa propaganda do programa, porque tal lei será de suma



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

importância à cidade, mas poucos munícipes estão sabendo que ela será implantada”, afirmou, finalizando sua participação o Vereador João Antonio Pires Gonçalves. A seguir, para discutir a matéria fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, sucintamente deslindando que a Recuperação Fiscal – REFIS era uma exigência da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal e que, todos os prefeitos deviam apresentar, durante suas administrações, obrigatoriamente, um programa de recuperação fiscal que comprovasse que estavam tentando cobrar a dívida ativa de seus municípios. Ainda para discutir o Projeto de Lei nº 05/2013, fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy declarando que era favorável à matéria, apenas trazendo a preocupação de que tal dispositivo não se tornasse um vício aos munícipes, porque estes poderiam deixar seu dinheiro aplicado no banco, rendendo juros, aguardando apenas o dia da recuperação fiscal e, assim como seu antecessor na tribuna, solicitou da imprensa ampla divulgação do parcelamento das dívidas, para que as pessoas tomassem conhecimento do programa. Finalizando seu discurso, disse que esperava, realmente, que o município conseguisse atrair seus devedores, diminuindo, enfim, o montante da dívida ativa. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires relatando que o parcelamento da dívida ativa já havia sido discutido na Câmara passada, objeto de um requerimento de sua autoria, que havia sido aprovado, levando a um projeto nesse sentido, assinado pelo então prefeito, mas que, em virtude do período eleitoral, não fora efetivamente aplicado, sendo, enfim, descartado, por força da lei eleitoral. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, dizendo que o projeto era deveras interessante e que, em muito ajudaria o Município. A Edil também concordou com as apreensões do colega de partido, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, no tocante ao comodismo que a lei poderia gerar na população e, aproveitando a ocasião da referente discussão, lembrou-se de projeto que havia encaminhado, versando sobre a educação financeira no município, sugerindo a imediata aplicação da ideia, objetivando, desta forma, o efeito de educar a população





## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

a respeito do dinheiro. A Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira foi a próxima oradora e disse que o projeto era bom, que ajudaria muitas famílias, parabenizou a iniciativa e, completando, sugeriu à administração que fosse feita uma ampla pesquisa, para desvendar o porquê do montante da dívida, e ainda, outras ações, que levassem à diminuição do grande número de endividados. “Eu entendo que há necessidade de um estudo, para detectar o que é necessário, o que falta, para que não existam tantos devedores, pois há um motivo para tal e ele deve ser revisto”, destacou. Lembrou que qualquer “puxado”, pequena ampliação de imóvel, que fizesse ultrapassar setenta metros quadrados de construção, já era motivo suficiente para que a administração não concedesse o benefício da isenção e tais casos sempre eram os de pessoas idosas, de aposentados, ou de pessoas que recebiam salário mínimo, enfim, cidadãos em miserável condição de vida, que não conseguiam fazer jus aos seus compromissos financeiros, levando, no pior dos casos, à perda de seu imóvel. “O REFIS é bom, parabéns, mas penso que a administração devam ter um estudo maior a respeito da cobrança do IPTU, para não permitir uma dívida ativa tão grande e, além disso, numa intenção inversa, o programa pode acabar por favorecer àquelas pessoas que aplicam o dinheiro na poupança”, colocou. Em derradeiro, afirmou que a pessoa que pagava as contas em dia, acabava sempre perdendo. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho, para dizer que, durante o recesso legislativo, havia protocolado alguns ofícios junto ao Poder Executivo, afirmando que uma solicitação semelhante à intenção do projeto fora por ele encaminhada, solicitando, justamente, o parcelamento de débitos junto ao erário. Disse ainda, que em partes concordava com a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, no tocante aos que depositam dinheiro na poupança, aguardando o dia da anistia fiscal, e que, em outras partes, concordava com os demais, porque a lei ajudaria grande parte da população. “A recuperação é interessante aos que estão devendo, que não têm mais condições de pagar suas dívidas, há o parcelamento e o município vai arrecadar recursos”, declarou o Vereador e,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

finalizando sua participação, sugeriu, para o futuro, a busca de num novo formato de arrecadação, que evitasse o grande número de ações de execução no Fórum local; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos Vereadores presentes, o Projeto de Lei nº 05/2013, do Sr. Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito Municipal). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "EXPLICAÇÃO PESSOAL", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). A primeira oradora inscrita foi a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que versou sobre a sua propositura relativa ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 08 de março, explicando que sua intenção era a de homenagear as mulheres que se destacavam em ações no município, discorrendo sobre os arranjos de cerimonial, solicitando a colaboração financeira dos pares, para o evento, e declarando, enfim, que Mogi Mirim era uma cidade privilegiada, porque ao longo de sua história sempre havia revelado inúmeras mulheres atuantes, tais como, por exemplo, as quatro vereadoras atuais, ex-presidentes da Câmara, vice-prefeita, a juíza, a promotora e a delegada. “Gosto de incentivar esta comemoração e muito vale a lembrança dessa efeméride, porque a mulher faz parte da sociedade, e eu aguardo aquele dia futuro, quando a mulher não mais necessite comemorar sua data, porque todos os seus direitos já estarão plenamente iguais”, disse a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, encerrando sua fala. Na sequência, fez uso da palavra em “Explicação Pessoal” a Vereadora Dayane Amaro Costa, contando havia visitado o DAAMA – Departamento de Abastecimento, Agricultura e Meio Ambiente e conversado com seu diretor, o engenheiro agrônomo Valdir Biazotto, explicando que ele havia instaurado um plano de metas para sua equipe, iniciativa que a oradora tinha como muito interessante, algo que poderia ser aplicado em todos os setores da administração. “Achei muito interessante este plano, porque cada funcionário sabe de antemão o seu objetivo e poderá se programar quanto ao rumo a seguir”, explicou. Reportando-se



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

à fala do Vereador Leonardo David Zaniboni, a oradora apoiou sua ideia de parceria entre vereadores, através do sistema de cadastro, elogiando a proposta e concordando que, realmente, era comum ao político ter a intenção de fazer tudo sozinho, mas que, de repente, as ideias diferentes poderiam ser agrupadas, trazendo algo benéfico para a comunidade. “Penso que seja esta a verdadeira forma de trabalharmos, uma Câmara cada vez mais unida”, frisou. Com relação aos animais, a Vereadora se reportou a reunião que tivera com Dr. Acácio dos Santos, Diretor do Centro de Controle de Zoonoses, versando sobre a sua ideia da unidade móvel para atendimento de animais, explicando que o diretor se mostrara bastante favorável à causa e disposto a colaborar na sua aplicação. “Ele é ótimo profissional da área veterinária e vamos trabalhar juntos nisso, ele, os Vereadores Waldemar Marcurio e Manoel Palomino, esta oradora e quem mais estiver disposto”, completou. Versando sobre a cultura no município, a Edil pedetista disse que esteve presente na apresentação final do festival de teatro do curso de férias, para a qual teceu elogios, e mencionou diálogo que teve com o professor Jair Dias, profissional das artes, que estava se desligando do Centro Cultural e que havia rogado ao senhor André Mazon, Diretor Financeiro e Administrativo da Prefeitura, não tratasse a cultura como última necessidade municipal, mas sim como prioridade. “Vamos meditar todos sobre isso, porque é a cultura que nos forma para todas as outras áreas”, salientou a Vereadora Dayane Amaro Costa, finalizando seu discurso. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que se reportando ao discurso do Vereador Manoel Palomino, explicando-lhe que havia apresentado projeto, aprovado pela Casa, criando o Disk Denúncia contra maus tratos aos animais. “Apenas para informar aos Pares que o projeto foi aprovado, mas não implantado, e quanto à questão dos animais, peço que contem sempre comigo”, destacou o Edil. Com relação à fala do Vereador Osvaldo Quaglio e das críticas postas na rede social *Facebook*, o Vereador disse desconhecer o fato, mesmo porque não fazia parte da rede, mas frisou que ninguém precisava conduzir a fala do Vereador



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Laércio Pires, como fora postado na Internet, mesmo porque o vereador do PPS nunca tinha se furtado a exprimir suas opiniões, abertamente, em tribuna. “Ninguém precisa sugerir tais conduções ao Vereador Laércio Pires, porque ele já tem esta atitude”, salientou o Edil, ao mesmo tempo em que completou, lembrando a todos que, naquele dia da suposta discussão, a sessão já havia se findado, que também ele havia feito brincadeiras e comentários jocosos com alguns membros das Eleições Mogi, porque eram conhecidos e amigos, destacando ainda, que a Câmara Municipal era aberta a todos, mas que os presentes às galerias não podiam se manifestar. “E espero que o grupo publique no *Facebook* também as coisas boas que fazemos aqui”, completou. Com relação à fala da Vereadora Luzia C. C. Nogueira, esposa de ex-prefeito Paulo Silva, o Vereador do PMDB frisou que este não era o seu primeiro mandato e que as comparações entre governos do passado não deveriam ser feitas em Plenário, porque, se fizessem a comparação entre Carlos Nelson Bueno e Paulo Silva, o resultado seria desconcertante para Paulo Silva. “Não há condições de comparação e poderemos ficar aqui durante esses quatro anos, debatendo e querendo justificar o que Paulo Silva fez , quando sobre Carlos Nelson eu tenho muito mais a rebater”, encerrou sua participação o Vereador João Antonio Pires Gonçalves. Como os próximos oradores inscritos, Vereadores Luzia C. C. Nogueira, Daniel Gasparini dos Santos e Laércio Rocha Pires, desistissem da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Luís Roberto Tavares, novamente versando sobre o NIAS, lembrando a todos que a verba de cem mil reais, destinada à academia ao ar livre, viria por intermédio do deputado federal Wanderley Macris, pai de Cauê Macris, deputado estadual. Prosseguindo, relatou que havia fotografado todas as praças da zona leste e todas estavam horríveis, com o mato cobrindo os bancos e outros problemas, razão pela qual a vinda de representantes do DSM à Câmara seria importante, porque os vereadores precisavam ter uma posição definitiva com relação à limpeza, lembrando, outrossim, que as áreas verdes já estavam limpas. Por esta razão e por outras, o Vereador tinha como muito importante a



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

presença dos representantes do DSM na Câmara, desejoso de saber por que algumas áreas eram limpas, sendo que seu entulho não era descartado definitivamente. “Os vândalos ateam fogo ao entulho de galhos e o fogo se prolifera para as pequenas árvores, que foram plantadas pelos próprios moradores”, explicou. Relatou ainda visita que fez à Unidade de Pronto Atendimento – UANA, versando sobre o caso de um paciente, que havia tido quatro paradas cardíacas e não conseguira internação, permanecendo em observação por longo período de tempo, sem a visita da família, fato que o Vereador classificava como absurdo, afirmando, assim, que oficiaria o Prefeito Municipal sobre o caso e sobre a falta de vagas, bem como perguntando o porquê da não transferência do paciente para outro hospital, onde pudesse ser atendido. O Vereador Luís Roberto Tavares versou também sobre a morte de uma adolescente da zona norte, que acabara de se suicidar, dizendo que o dia era um dia triste, que para sempre ficaria marcado. “A cada dia que se passa, estamos aqui, procurando dar melhor qualidade de vida aos mogimirianos”, finalizou sua participação o Vereador do PSDB. Na sequência, como os próximos oradores inscritos, Vereadores Waldemar Marcurio Filho, Jorge Setoguchi, Manoel Eduardo P. C. Palomino, Maria Helena Scudeler de Barros, Marcos Bento Alves de Godoy e Leonardo Zaniboni, desistissem da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o nobre Edil Osvaldo Quaglio. Este iniciou, afirmando que não era correto comparar governos, porque Mogi Mirim tivera vários casos de prefeitos problemáticos e vários casos de prefeitos que haviam trazido grandes soluções à cidade e que, depois da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, muita coisa havia mudado, lembrando, ainda, que após a administração Jamil Bacar, todos os prefeitos seguintes haviam tido problemas com suas contas, e disse que, inclusive, o Prefeito Stupp certamente faria parte desse grupo, no futuro. “Todos estão inelegíveis e o Carlos Nelson Bueno vai ficar também e o Prefeito Gustavo Stupp corre o mesmo risco, porque a LRF engessa e não os deixa trabalhar”, declarou. Prosseguiu, explicando que o Prefeito Paulo Silva havia feito coisas com as quais ele não



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

concordava, mas que “tirava para ele o chapéu” no tocante à questão da industrialização, enquanto que, em sua opinião, o prefeito Carlos Nelson Bueno havia sido um dos melhores administradores que a cidade já tivera. “Mas ele mesmo – Carlos Nelson – disse que comeu dos frutos que o Paulo Silva plantou”, emendou. Disse não concordar com as colocações do Vereador João Pires Gonçalves, mas que as respeitava, e aconselhou o atual prefeito para que tomasse cuidado e trabalhasse com inteligência e seriedade, porque não só os vereadores, mas toda a população estava fiscalizando seus atos. “Devemos aprender com os erros do passado e evitar críticas aos antecessores políticos”, declarou o Vereador Osvaldo Quaglio, finalizando seu discurso. Solicitou a palavra o Vereador Leonardo Zaniboni, como Líder, para repassá-la à sua liderada, Vereadora Márcia Róttoli Masotti, que iniciou, dizendo que não poderia se calar diante das comparações políticas que estavam sendo feitas, lembrado a todos que a educação, no governo Paulo Silva, detinha o octogésimo terceiro lugar no ranking do Estado, enquanto que, durante a administração de Carlos Nelson Bueno, ela havia decaído para o quingentésimo quadragésimo quinto lugar do mesmo ranking; que no governo Paulo Silva os professores tinham acesso gratuito à faculdade, à complementação do ensino superior, enquanto que Carlos Nelson Bueno havia encerrado o programa durante sua administração; e que, no governo Paulo Silva a merenda escolar tinha qualidade, enquanto se recusava a sequer mencionar o caso da merenda no governo Carlos Nelson Bueno. “Não posso concordar com o colega Osvaldo Quaglio, que disse que Carlos Nelson Bueno foi um dos melhores prefeitos da cidade, porque ele acabou com o plano de carreira das professoras, nivelando mestrados e doutorados”, finalizou sua fala a Edil do PR. Novamente fez uso da palavra, agora como Líder, o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que retornou à tribuna para rebater o discurso da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, dizendo que não poderia se omitir em rebater sua fala, destacando que Paulo Silva, enquanto médico sanitário que era, não tinha tratado sequer um único metro cúbico de esgoto na cidade.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“Mas o Carlos Nelson Bueno o fez”, frisou. Prosseguiu, salientando que Paulo Silva jamais concluíra as ligações viárias da cidade, justamente o contrário de Carlos Nelson Bueno, que tinha concluído todas. Disse que as indústrias captadas durante a gestão de Paulo Silva haviam sido trazidas pelo falecido Wilson Fernandes de Barros, Presidente do MMEC. “Vamos ficar aqui até meia noite e não vou terminar de elencar todos os feitos de Carlos Nelson Bueno e aquele que não constata seus méritos é louco, ou cego”, concluiu seu discurso o Vereador do PMDB. Solicitou a palavra, como líder, a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, para transmiti-la ao liderado, Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. Este afirmou que tudo o que estava sendo falado era a tônica da política mogimiriana, porque a Vereadora Márcia Róttoli sempre falava a mesma coisa, sempre rebatendo os mesmos assuntos, a educação e a merenda. O Vereador explicou que o ex-prefeito Carlos Nelson era um urbanista e que, por isso, executou muitas obras viárias durante sua gestão. “O Paulo Silva é médico, portanto, são áreas distintas”, exclamou. “Temos que acabar com estas comparações, deixemos a Vereador Márcia ficar brava com o Carlos Nelson Bueno e vamos nos ater ao que cada um fez de bom, vamos trabalhar politicamente e não fazer politicagem”, finalizou o discurso o Vereador Osvaldo Quaglio. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento do Sr. *Messias Botelho Urbine* e da Sra. *Regina Aparecida Bueno Romanello*, ambos a pedido da Vereadora Maria Helen Scudeler de Barros. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 23 horas, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM